

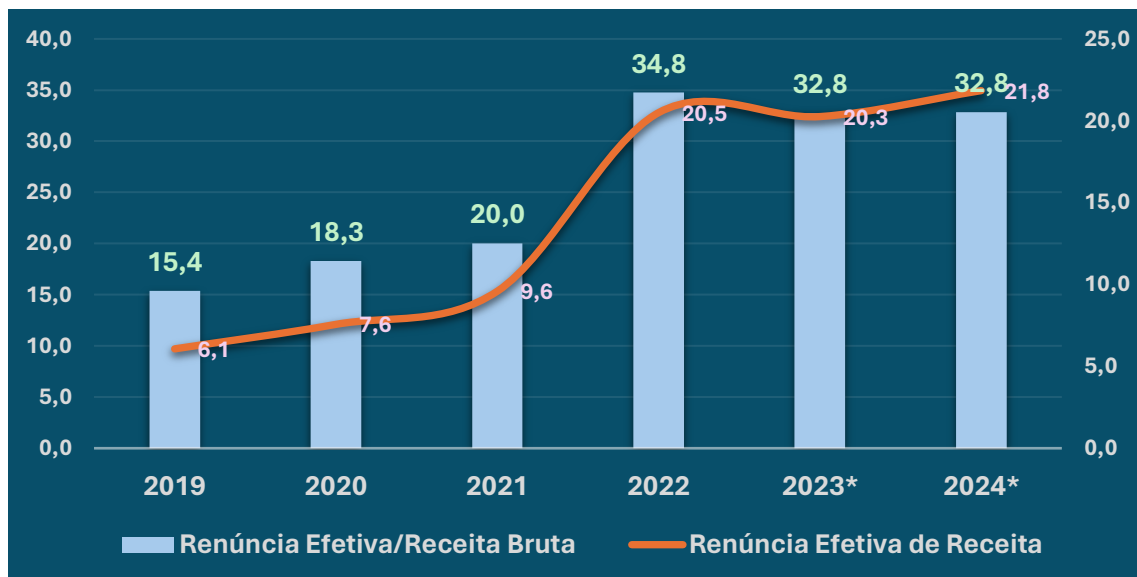
RENÚNCIAS FISCAIS DO GOVERNO JORGINHO MELLO E SEUS IMPACTOS PARA OS MUNICÍPIOS CATARINENSES

O governo de Jorginho Mello tem como uma de suas marcas o discurso do controle de gastos públicos. Já no início do mandato implementou o PAFISC – Programa de Ajuste Fiscal de Santa Catarina, prevendo aumento de R\$2,1 bilhões em novas receitas e o corte de R\$2,2 bilhões em despesas. Apesar disso, o governo manteve e intensificou a garantia de renúncia fiscal aos grandes empresários do estado. Em 2024, a LDO previu renúncia fiscal de aproximadamente R\$21,8 bilhões.

Desde a aprovação da constituição federal de 1988, os estados brasileiros têm a prerrogativa de renunciar da arrecadação do ICMS, visando o fomento de suas economias regionais. Contudo, se não forem muito bem planejadas e direcionadas, as renúncias se convertem em mais lucros para o empresariado, sem se reverterem em investimentos, maior contratação ou valorização salarial para os trabalhadores do estado.

Nos últimos anos, houve um aumento da renúncia fiscal efetiva, passando de R\$6,1 bilhões em 2019 para R\$ 20,5 bilhões em 2022. Em 2024, a renúncia fiscal estimada gira em torno de R\$21,8 bilhões. Quando comparada com a receita bruta arrecadada, a renúncia fiscal efetiva passou de 15,4% em 2019 para 34,8% em 2022. Em 2024, as estimativas de renúncia fiscal previstas pela LDO correspondiam a aproximadamente 32,8% da receita bruta prevista.

Gráfico 1 – Renúncia fiscal efetiva sobre receita bruta (%) e montante total da renúncia fiscal (R\$ bilhões correntes) em Santa Catarina, 2019 – 2024.



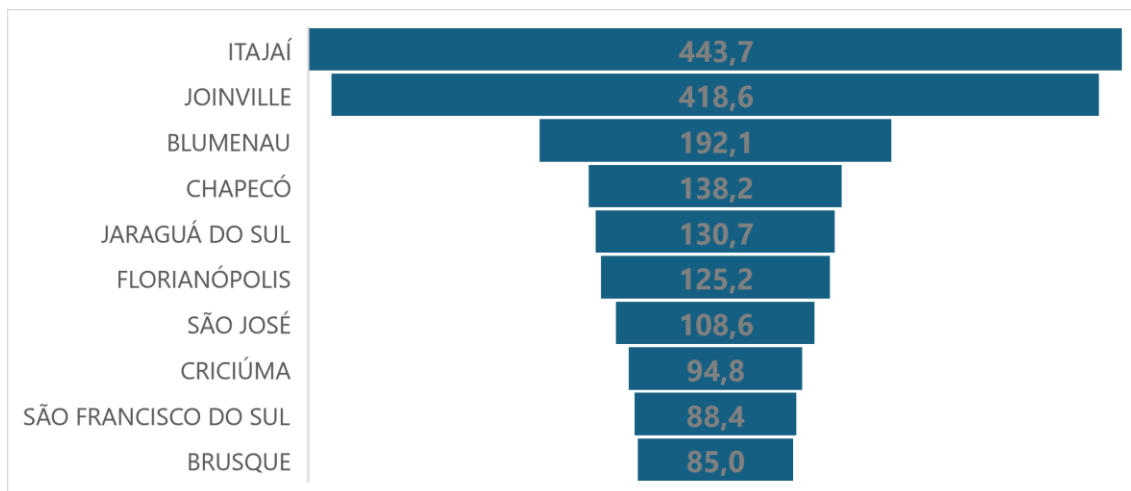
Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias de Santa Catarina – 2023 e 2024/ Lei Orçamentária Anual de Santa Catarina – 2023 e 2024/ Balanço Geral do Estado de Santa Catarina – vários anos. Elaboração Escritório DIEESE Santa Catarina.

* Para 2023 e 2024, foram obtidas as estimativas de renúncia fiscal e de receita bruta. Os dados das estimativas de renúncia fiscal foram extraídos da LDO e os dados de receita bruta prevista foram extraídos da LOA. Até o fechamento deste trabalho, os dados do Balanço Geral do Estado de Santa Catarina de 2023 ainda não haviam sido publicados.

Além da perda de arrecadação do estado, a renúncia fiscal catarinense atinge todos os municípios, que dependem do repasse da cota-parte do ICMS. Assim como Santa Catarina depende do repasse de impostos federais como IR e IPI, os municípios também dependem do repasse do ICMS para a efetivação de suas políticas públicas. Da mesma forma que qualquer política de renúncia fiscal no âmbito federal implica perdas para os estados, as renúncias fiscais em âmbito estadual afetam os municípios.

Considerando a estimativa de renúncia fiscal de R\$ 21,8 bilhões em 2024, estima-se uma perda de R\$5,5 bilhões de repasse para todos os municípios catarinenses. Somando os dez maiores municípios em termos de repasse, o valor das perdas pode atingir mais de R\$ 1,8 bilhão. Tais perdas prejudicam não somente a realização das políticas públicas, como a política de valorização salarial dos servidores públicos municipais.

Gráfico 2 – Estimativa de perda de arrecadação dos municípios catarinenses (dez maiores) em função da estimativa de renúncia fiscal estadual (R\$ milhões), 2024.



Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias de Santa Catarina - 2024. PORTARIA SEF N° 408/2023. Elaboração Escritório DIEESE Santa Catarina.

A política de renúncia fiscal também deverá atingir o repasse do estado para a saúde e educação catarinense. Com a renúncia prevista de R\$21,8 bilhões em 2024, as estimativas de perda de receitas para a saúde giram em torno de R\$ 2,6 bilhões e para a educação giram em torno de R\$ 5,5 bilhões. Isto certamente afeta a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Gráfico 3 – Estimativas de perdas no valor destinado à saúde e à educação em Santa Catarina (R\$ bilhões), 2024.



Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias de Santa Catarina, 2024/ Lei Orçamentária Anual de Santa Catarina, 2024. Elaboração Escritório DIEESE Santa Catarina.

* Considera-se os mínimos constitucionais previstos (12% para a saúde e 25% para a educação).

Assim, a política de renúncia fiscal prejudica as finanças públicas estadual e dos municípios, dificultando a valorização salarial dos servidores, a oferta de políticas públicas à população e se transforma em um mecanismo de concentração de renda e aprofundamento das desigualdades sociais, na medida em que garante aumento do lucro dos empresários sem se converter em ganhos salariais para os trabalhadores.

Referências

Goularti, J.G. (2021) “O “lado avesso” da política de renúncia de receita tributária do estado de Santa Catarina: impacto financeiro, desvinculação de receita constitucional e fragilização do pacto federativo”. Revista NECAT, v. 10 n. 20 (2021): Dossiê IV: Impactos da Covid-19 em Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS, 20 DE MARÇO DE 2024

ESCRITÓRIO REGIONAL DIEESE SC